



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2020

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 35 minutos.

PRESENCAS: António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, em substituição de Manuel Mouro Pinto (PS), Vasco Manuel Simões Reis, em substituição de Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Cineteatro Jaime Gralheiro de São Pedro do Sul.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Período de Antes da Ordem do Dia:

- 2.1 - Aprovação da ata do dia 14/02/2020;
- 2.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
- 2.3 - Outros assuntos.

3. Assuntos da Ordem do Dia:

- 3.1 - Designação de representantes para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
- 3.2 - Indicação de representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul;
- 3.3 - Informação sobre a atividade e situação financeira do Município;
- 3.4 - Informação sobre os atos praticados ao abrigo da legislação relativa à doença COVID 19;
- 3.5 - Informações da Termalístur sobre análises orçamentais referentes ao ano de 2019 e 1.º trimestre de 2020;
- 3.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Empreitada de beneficiação da Escola Secundária de S. Pedro do Sul – Repartição de encargos económicos”;
- 3.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade”;
- 3.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019”;
- 3.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais a 31/12/2019”;
- 3.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Revisão orçamental n.º 2 do ano 2020, ao Orçamento da Receita e Orçamento da Despesa, via Plano Plurianual de Investimentos”;
- 3.11 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020”;
- 3.12 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Acordo de mutação dominial de troço de estrada da E.N.16, com a extensão de 0,430 km, apresentada pela Infraestruturas de Portugal”;
- 3.13 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Aprovação dos investimentos financiados pelo empréstimo de médio/longo prazo, autorizado na sessão ordinária de 14/02/2020”.

Verificada a existência de quórum, foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, propondo a todos que se levantassem e guardassem um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Horácio Gomes, antigo membro da Assembleia Municipal. A 1ª Secretária da Assembleia Municipal Grça Maria Rocha Perdigão Rodrigues, usou da palavra, dizendo que devido às limitações decorrentes da pandemia Covid-19 e por uma questão de segurança, definiram as seguintes regras: o púlpito seria desinfetado cada vez que alguém pretendesse usar da palavra; sempre que houvesse votações nominais, os papéis seriam distribuídos e a tómbola iria circular para a recolha dos votos; as votações que serão registadas em minuta, seriam feitas com o braço no ar, como o é normalmente, sendo que o respetivo registo no papel seria feito no final da sessão, acedendo à mesa por filas, para evitar a circulação



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos papéis de mão em mão. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer intervenção. ----- Após, procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, começando por colocar à votação a **ata do dia 14/02/2020**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído previamente por todos os seus membros. Nota: os Deputados Municipais que estiveram ausentes na sessão em causa não intervieram neste ponto. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente ao mês de dezembro 2019;
- “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de janeiro a maio 2020;
- “Associação”, referente ao mês de fevereiro 2020;
- “Revista das Assembleias Municipais”, referente aos meses de outubro-dezembro 2019.

Ofícios:

- Da FENPROF – Sindicato dos Professores da Região Centro, datado de 10/02/2020, a remeter abaixo-assinado subscrito pelos docentes do concelho de São Pedro do Sul;
- Da Assembleia Municipal de Lamego, datado de 27/02/2020, a remeter cópia de parte da minuta da ata da sua sessão ordinária, realizada no dia 26/02/2020, relativa à Moção “Pelo Fim das Portagens na A25 e na A24”;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 12/03/2020, a remeterem 3 exemplares do Boletim nº 6/2020 da ANMP;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 18/03/2020, a remeter Relatório de Avaliação do ano de 2019 dos Estatutos de Direito de Oposição.

Mails:

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 08/02/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 27 de janeiro a 7 de fevereiro de 2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 10/02/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 23/01/2020;
- Da IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, datado de 14/02/2020, a informar que deram início à ação de inspeção respeitante à avaliação do cumprimento do regime jurídico da reserva ecológica nacional no município de São Pedro do Sul;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 15/02/2020, a remeterem o regulamento de atribuição de prémios pela ANAM, para conhecimento e divulgação;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 21/02/2020, a dar conhecimento que a sua reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal se irá realizar no dia 27/04/2020, pelas 16,30h;
- Da CVEL – Centro de Valorização dos Eleitos Locais de Castro Daire, datado de 24/02/2020, a convidar para sessão com os temas “Os poderes da Assembleia Municipal” e “As regras orçamentais nas Assembleias Municipais”, a realizar no dia 6 de março na sala de reuniões dos órgãos autárquicos em Castro Daire;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ABRE – Associação da Bio Região de São Pedro do Sul, datado de 24/02/2020, a remeter minuta da convocatória para a sua Assembleia Geral a realizar no dia 23/03/2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 27/02/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 10/02/2020;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 02/03/2020, a dar conhecimento da realização do Congresso do CCRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa, a realizar de 6 a 8 de maio, na Áustria;
- Da Assembleia Municipal de Castro Daire, datado de 04/03/2020, a remeter convite para sessão temática a realizar no dia 6 de março, na sala de reuniões dos órgãos autárquicos em Castro Daire, sobre “Os poderes da Assembleia Municipal” e “As regras orçamentais nas Assembleias Municipais”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 11/03/2020, a remeter intervenção proferida pelo presidente da ANAM na audiência da 13ª Comissão da Assembleia da República – Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 13/03/2020, a dar conhecimento do cancelamento do Congresso do CCRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa, marcado para os dias 6 a 8 de maio, na Áustria;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 16/03/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 13/03/2020;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 20/03/2020, a remeter comunicação acerca do Relatório de Avaliação do ano de 2019 dos Estatutos de Direito de Oposição.
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 20/03/2020, a remeter a lei nº 1-A/2020, de 19/03, sobre “Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 23/03/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 9 a 20 de março de 2020;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 24/03/2020, a dar conhecimento do cancelamento da sua reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal agendada para o dia 27/04/2020, em face da contingência vivida do surto pandémico COVID-19;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 25/03/2020, a dar conhecimento de documento elaborado pelo Centro de Informação Jurídica do Município de Gaia, nos termos da Lei nº 1-A/2020, de 19/09, que ratifica os efeitos do Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13/03;
- Do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, datado de 31/03/2020, sobre atribuição de subsídio de risco aos trabalhadores que desempenham funções essenciais à população;
- Do Secretário Geral do Partido Social Democrata, datado de 01/04/2020, sobre iniciativas a desenvolver pelo PSD no âmbito do COVID-19;
- Da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, datado de 04/04/2020, a remeter, para conhecimento, apelo/moção com o título “O plano prioritário de Contingência nos Lares de Idosos”, no âmbito da pandemia causada pelo vírus COVID-19;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 04/04/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 23 de março a 03 de abril de 2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 06/04/2020, a remeter “O Plano de Contingência Prioritário para Lares de Idosos em Risco da COVID-19”, a pedido do Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 06/04/2020, a remeter comunicação sobre o contacto telefónico estabelecido entre o seu Presidente e a Ministra da Modernização do Estado e Administração Pública, sobre o alargamento dos poderes do Presidente da Câmara para decidir, com urgência, nos casos de apoio aos cidadãos e instituições que trabalham na implementação das políticas municipais orientadas para as questões relacionadas com a pandemia de COVID19, ratificando todas as decisões tomadas nesse enquadramento nas reuniões das Assembleias Municipais a convocar pós pandemia (artº 35º, nº3, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 09/04/2020, a remeter comunicação do seu Presidente no âmbito da pandemia causada pelo vírus COVID-19;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 14/04/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 13/03/2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 14/04/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 09/04/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 14/04/2020, a remeter missiva do seu Presidente sobre a situação atual e relativa à Lei nº 6/2020, de 10 de abril;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 15/04/2020, a remeter, para conhecimento, proposta da Srª Vereadora Teresa Sobrinho sobre a isenção dos pagamentos das refeições dos alunos das CAF e AAAP referentes ao mês de março;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 17/04/2020, a remeter comunicação do seu Presidente sobre as comemorações do 25 de abril;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 21/04/2020, a remeter missiva do seu Presidente sobre a situação atual;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 22/04/2020, a remeter pergunta à Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, sobre medidas e apoios para o movimento associativo popular;
- Do CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, datado de 23/04/2020, a apelarem para a emissão de Parecer Favorável ao encerramento de todos os estabelecimentos comerciais no dia 1 de maio de 2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 28/04/2020, a remeter comunicação do seu Presidente sobre a criação de espaço nos seus suportes de comunicação para divulgação das iniciativas das Assembleias Municipais;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 30/04/2020, a dar conhecimento de circular remetida ao Presidente da Câmara Municipal sobre “Remunerações dos Eleitos Locais dos Municípios para 2020. Tabela Remuneratória”;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 30/04/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 20 a 30 de abril de 2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 04/05/2020, a informar que irão remeter 3 exemplares do livro “Os Eleitos Locais”;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 04/05/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 09/04/2020;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 04/05/2020, a remeter Projeto de Resolução sobre “Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos como máscaras e luvas protetoras”;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 07/05/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 30/04/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 08/05/2020, a remeter a Lei nº 12/2020, de 07 de maio, que promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 15/05/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 14/05/2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 15/05/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 30/04/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 15/05/2020, a remeter comunicação do seu Presidente sobre a realização de telediálogo com o Prof. Pedro Mota acerca das “Assembleias Municipais e os seus poderes em tempos de crise”;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 16/05/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 02 a 15 de maio de 2020;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 19/05/2020, a dar conhecimento que a sua reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal se irá realizar no dia 29/06/2020;
- Da CPCJ de São Pedro do Sul, datado de 26/05/2020, a informar que a sua representante, Isabela Maria França e Silva de Almeida, terminou o seu mandato de comissária, pelo que solicitam a designação de novo representante;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 29/05/2020, a dar conhecimento da ata da reunião de câmara realizada no dia 30/04/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 01/06/2020, a dar conhecimento da síntese dos principais diplomas publicados no Diário da República e “clipping” de notícias, de 16 a 29 de maio de 2020;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 01/06/2020, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de câmara realizada no dia 28/05/2020;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 01/06/2020, a informar que irão iniciar, em junho e em fase experimental, um modelo de sessões CVEL (Centro de Valorização de Eleitos Locais) à distância, para futura visualização num canal ANAM;
- De Bruno de Noronha Gomes, datado de 04/06/2020, a solicitar um local na internet onde possa obter informações sobre iniciativas, debates e/ou documentos votados na Assembleia Municipal sobre as medidas de iniciativa autárquica para combate à COVID-19;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 06/06/2020, a remeter informações emitidas pela sua Assessoria Jurídica relativas à atual situação de pandemia;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 09/06/2020, a dar conhecimento da notícia no Observador “Roteiro de boas práticas para escolha de candidatos”, após entrevista da Luso ao Presidente da ANAM;
- Do IPPS – Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, datado de 09/06/2020, a convidar para participar no Ciclo de Partilhas Escolares “Webinar Da Escola para Casa: o papel das Câmaras Municipais”, a realizar no dia 17 de junho, via YouTube;
- Da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, datado de 12/06/2020, a convidar para participar na sessão CVEL (Centro de Valorização de Eleitos Locais) “WEBINAR – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, a realizar no dia 17 de junho.

Faltas:

- Do Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS), datada de 10/06/2020, à presente sessão.

De seguida, verificaram-se as seguintes intervenções: -----
Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira (PS): Referiu que Manhouce tinha feito uma candidatura às 7 Maravilhas, que passou à fase seguinte e que uma das intenções era que este projeto não ficasse só por Manhouce, mas que fosse um projeto de Lafões, tendo havido uma reunião com os Presidentes de Câmara de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, por forma a envolver os três concelhos neste projeto e todos haviam concordado, dizendo que, nas galas, iriam todos representar a região de Lafões, convidando também todos os presidentes de junta a estarem presentes nas mesmas, solicitando o apoio de todos para poderem ir à final, pois se ganharem a festa seria de todos e seria uma vitória para a nossa região. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Perguntou qual o estado das obras para o cineteatro de São Pedro do Sul, para a futura Biblioteca Municipal, para estação dos autocarros e futuro quartel dos bombeiros. Relativamente aos documentos que acompanham a Ordem de Trabalhos, disse ser humanamente impossível analisar em três dias, com detalhe e qualidade, todos os documentos enviados, que não se consegue fazer uma análise como deve de ser a todos os pontos, nomeadamente os da questão financeira do município, e duvida que algum dos presentes o consiga fazer, pelo que solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal para que reformulasse esta questão. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Informou que a petição relativa à requalificação da EN16 Termas-Vouzela tinha sido entregue na Assembleia da República no dia 12/03/2020, conforme se tinham comprometido, que tinham sido muito bem recebidos e que foram extremamente simpáticos, desde a sua chegada até ao final, solicitando à comissão política do PS e do PSD para que fizessem chegar essa informação aos deputados do distrito de Viseu. Disse ainda que este assunto só irá acabar quando a estrada estiver requalificada. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Em nome da bancada do Partido Social Democrata referiu o seguinte: “Estamos a entrar na época estival e num concelho tão grande, com cerca de 70% de área florestal, vamos entrar numa fase preocupante e que exige medidas muito concretas para prevenir aquilo que poderá acontecer. Sabemos que este concelho já foi largamente atingido por fogos florestais e no sentido de não se correr atrás do prejuízo, gostaríamos de alertar a Câmara Municipal para uma atuação preventiva neste momento, concretamente no que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem a ver com as faixas de proteção, com estradões, com a limpeza de pontos de água e o executivo camarário pode ter a certeza de que terá todo o apoio do Partido Social Democrata nas medidas que vierem a implementar no sentido de prevenir qualquer situação de fogos florestais que possam atingir o concelho. Outra questão que se prende também com esta tem a ver também com a existência, ou não, de um plano de reflorestação a nível concelhio; em nosso entender essa situação é extremamente importante, porque aquilo que se verifica é que nas zonas que foram atingidas pelos incêndios, a tipologia de árvores que está a nascer não é aquela que seria desejável para o nosso concelho. Isso é um trabalho difícil, reconhecemos, mas em nome da nossa existência, da nossa sobrevivência e num concelho que tem tanta área florestal e que sempre foi conhecido por isso, parece-nos que teríamos, se ainda não está, que fazer um plano concreto, para além daquelas cerimónias que fazemos no Dia Mundial da Árvore, e que sabemos que a câmara celebra, mas isto não é uma atividade que se faça uma vez por ano, e exige aqui o esforço de grande articulação também com os senhores presidentes de junta e, no nosso entender, seria muito importante que se começasse seriamente a pensar neste plano de reflorestação.” Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Fez a seguinte intervenção: “A Câmara Municipal está a fazer obras na piscina pequena do Pavilhão Municipal, e o nosso caro Presidente terá dito que ao longo de trinta anos nunca foram feitas obras de manutenção, mas obviamente que foram. Tem tido ao longo dos anos problemas não só inerentes ao desgaste natural, mas necessitou sempre, ao longo do tempo, de obras estruturais; foi a impermeabilização; em termos da manutenção do equipamento das piscinas, foram mudados os motores e um filtro; ao longo dos anos teve que se altear a base da piscina, porque tinha problemas gravíssimos. Portanto, eu acho que estas obras que vão ser feitas obviamente que vão valorizar; obviamente que o pavilhão vai ter sempre problemas e vai ser sempre despesa acrescida ao longo dos anos, mas acho manifestamente exagerado dizer que ao longo de trinta anos não foram feitas obras de manutenção, porque se efetivamente não tivessem sido feitas já tinha encerrado há muito, porque as condições de degradação daquele equipamento são permanentes. De qualquer modo, também felicito pelo facto de levarem a cabo essa obra, nomeadamente na piscina pequena que nasceu com uma coluna no meio e que nunca deu grande jeito para ser utilizada.” Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Referiu que partilha da mesma opinião do deputado Vasco Reis, que era impossível analisar tanta informação e tão importante num tão curto espaço de tempo, sugerindo que quando houvesse muita documentação, esta fosse enviada mais atempadamente para que pudessem analisar e, após, pudessem questionar. Disse ainda que na sua freguesia, nos próximos meses, apenas uma pequena parte do lugar do Entroncamento iria ser intervencionada com água e saneamento, perguntando como é que iriam explicar aos outros locais que não irão ter água ao domicílio, dizendo que provavelmente com um pouco mais de investimento conseguiriam abranger toda a gente com água ao domicílio. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Começou por manifestar o seu desagrado pela construção que se está a fazer em frente ao Hotel Lisboa, onde no passado existiam umas bombas de combustível, dizendo o seguinte: “Veio a esta Assembleia, há uns meses atrás, uma proposta no sentido de ser possível a passagem subterrânea da estrada nº 16, que foi aprovada, e esperava-se uma construção com uma volumetria que não chocasse, que não viesse amanhã trazer conflitos de consciência por aquilo que se está a fazer. Ontem ao visitar o Museu do Balneário Romano com um conjunto de técnicos de norte a sul do país, a Fenapecuária, tivemos uma reunião, descentralizada, que se



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realizou ontem aqui em São Pedro do Sul e que tivemos a honra e o prazer da presença do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Eng.º Vítor Barros, e foi unânime o facto de todos eles apontarem, sem ninguém sequer os questionar, a questão da volumetria daquela construção. Se recuarmos no tempo, eu lembro-me da grande polémica e “guerra” quando foi da construção da Biblioteca Municipal, em que o executivo socialista de então embirrava que tinha que ser feita uma construção com uma volumetria de tal ordem e o PSD na altura lutou e não deixou passar esse projeto, que eu me sinto bem hoje ao ver que aquele espaço não choca com o edifício da Câmara Municipal. O mesmo acontece em relação àquela construção nas Termas. Os administradores daquela empresa são pessoas da minha relação, são minhas amigas, mas eu não queria que o PSD de modo nenhum, no futuro, nos apontem o dedo por ali ter sido construído; um ex-líbris de São Pedro do Sul, que são as Termas, ser ali construído aquilo que eu já começo a designar um autêntico “mamarracho” em termos de volumetria. Assiste-me o direito como munícipe de deixar ficar aqui o meu descontentamento e questionar o executivo o que é que seria possível para minimizar aquele efeito de tanta volumetria. A gestão socialista deixa ficar um legado a este concelho que, sinceramente, não vos regozija, não vos traz mérito, não vos dá honrarias no futuro. Vejam se tentam minimizar, ou se ainda vai a tempo de minimizar, aquele efeito que é de facto chocante em termos visuais.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções, disse o seguinte: “O Sr. Presidente da Junta de Manhouce não especificou concretamente que tipo de colaboração, mas é claro que essa colaboração é principalmente para os senhores presidentes de junta sensibilizarem as suas populações no sentido de votar para o número que irá ser indicado, que será o número da votação de Manhouce, de forma que é este apoio que realmente a população de Manhouce e os Cantares de Manhouce irão necessitar. No que diz respeito àquilo que disse o senhor deputado Vasco Reis, o senhor chamou-me idiota, e eu agora estou aqui com um dilema: se respondo ou não a quem me chama idiota, mas se eu não respondesse se calhar eu é que também seria idiota. Quero-lhe dizer que o senhor tem idade para ser meu filho, agora nas redes sociais acho que lhe fica muito mal, enquanto jovem, tomar essas posições e escrever o que escreve. No que diz respeito a este cineteatro, o empreiteiro era para ter começado nesta semana a fazer obras neste mesmo edifício. Desde que este edifício foi construído teve problemas estruturais, nomeadamente com infiltrações, toda esta zona aqui é um foco de infiltrações de água, principalmente quando chove bastante. Por indicações que tive agora, o empreiteiro poderá vir para a semana, em princípio irão ser efetuadas obras neste mesmo edifício a muito curto prazo, obras essas que realmente já eram necessárias há muito tempo e foram-se arrastando ao longo dos anos. Quanto ao edifício da cadeia, onde poderá vir a ser o espaço de biblioteca, temos o projeto todo pronto, como se pode calcular nós não iremos avançar para a reconstrução daquele mesmo espaço, sem termos a hipótese de uma candidatura que nos dê algum espaço financeiro para podermos fazer lá uma intervenção; esperamos que haja o aviso de uma abertura para que possamos candidatar aquele espaço. Em relação à paragem dos autocarros, temos o projeto completamente pronto, o espaço onde irá ser implantado está neste momento na fase final, só falta mesmo o dinheiro para se pagar na fase final de expropriação, o que significa que também já foi feita uma candidatura na CCDR e mal essa candidatura esteja aprovada (esperemos que venha a ser aprovada), estaremos em condições de poder lançar o que pomposamente se chama de Central Intermodal de Transportes. No que diz respeito ao Quartel de Bombeiros, e que também já vi muitas vezes nas redes sociais, nunca partiu da minha boca dizer que a Câmara Municipal iria construir o Quartel

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Bombeiros; assim como também não foi, ao contrário daquilo que eu também já ouvi dizer por pessoas responsáveis do PSD local, a Câmara Municipal a colocar aquele cartaz que está na Pedreira; esse cartaz foi colocado pelos bombeiros; aquilo que o Presidente da Câmara assumiu foi que a partir do momento em que os bombeiros tenham participação do Estado, ou de qualquer outra entidade, para poderem construir o quartel, a Câmara Municipal, ao contrário daquilo que aconteceu no passado, terá condições e promete desde já, e prometeu já aos bombeiros, fazer o pagamento de todo o diferencial entre o dinheiro que terá de participações e o total daquela obra, no seguimento daquilo que também já foi feito com o quartel de Santa Cruz da Trapa, em que os bombeiros de Santa Cruz da Trapa tiveram um determinado financiamento e a Câmara Municipal assumiu o diferencial entre a participação que teve e o pagamento integral de todas as obras que foram efetuadas. Sobre a questão dos papéis, quero lembrar que não é nada mais, nada menos, aquilo que foi feito desde sempre, nomeadamente quando o PSD estava à frente da Câmara Municipal e que atuava da mesma forma, e muitas vezes isto tem a ver com as aprovações das reuniões da Câmara Municipal, que são perto das sessões das Assembleias Municipais e não dá tempo e estamos a falar em largas centenas de folhas, conforme vocês viram. Em relação ao que disse a Dr.^a Ester Vargas, para nós cumprirmos integralmente a lei e fazermos a gestão das faixas de proteção, o município teria de despender todos os anos um milhão e meio de euros e nós temos que fazer opções: ou fazemos investimentos no abastecimento público de água, na rede de saneamento, nos alcatroamentos de estradas, ou vamos investir um milhão e meio todos os anos na limpeza das faixas de proteção. Quando o incêndio veio de Arouca e passou por aquela zona do São Macário, nós tínhamos feito estradões todos novos, fizemos quilómetros de estradões naquela zona do São Macário e São Martinho das Moitas e o fogo passou por aquilo tudo, o fogo galgou tudo. De forma que todo aquele investimento que nós fizemos, que seria supostamente para os bombeiros poderem combater o fogo (eu estive lá e verifiquei isso), acabou por ser um investimento inglório; a ideia foi boa e temos que continuar a fazer e a reparar os estradões, mas que não nos venham acusar mais tarde que houve incêndios em São Pedro do Sul porque os estradões não estavam em condições, isso não é verdade, porque Sul e São Martinho das Moitas foram as zonas mais afetadas e foram precisamente os sítios onde nós, semanas antes, tínhamos os estradões todos compostos. No que diz respeito à limpeza dos pontos de água, os pontos de água estão a ser limpos, ou até já estarão todos; inclusive, ainda hoje publiquei na minha rede pessoal de Facebook indicações de pontos de água para que os bombeiros possam aceder mais facilmente a esses mesmos pontos. Os estradões estão a ser reparados, não com a rapidez que nós quereríamos, mas com aquilo que nos é possível através das nossas máquinas; as máquinas avariam-se com facilidade, nós temos uma máquina de rastos, que é das melhores máquinas que nós temos, que tivemos que fazer uma grande reparação na ordem dos 60/70 mil euros, partiu uma determinada peça e quase há um mês que estamos à espera que a peça possa ser reparada, neste momento já está mesmo numa fase final, penso que segunda ou terça-feira já poderá ir para o terreno e beneficiar esses mesmos estradões. A floresta preocupa-nos, agora tem que ser jogado com peso e medida. Temos candidaturas aprovadas que estão em fases finais, as Juntas de Freguesia também têm reparado algumas e nós próprios também reparámos; recentemente andámos em Pinho e parte dos estradões estão reparados. Portanto, é consoante a possibilidade que temos, porque tudo custa muito dinheiro e temos que ir jogando com as nossas máquinas e com os nossos funcionários. Depois também vão acontecendo situações caricatas, a nós e a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empreiteiros, que é roubarem peças e gasóleo das máquinas; tivemos uma situação da máquina giratória que estava em São Martinho das Moitas e que lhe partiram determinadas peças, que depois para reparar foram não sei quantos dias, e isto tudo traz transtornos e custos, embora a nossa preocupação é termos de fazer o máximo possível e dentro das nossas possibilidades. No que diz respeito à reflorestação, embora seja também uma prioridade e que nós podíamos dar mais atenção, mas também compete um pouco aos proprietários florestais fazerem essa mesma reflorestação, até porque grande parte dessa mata é particular, e também aos compartes, porque aquilo que se verifica, principalmente na nossa serra, é que os compartes tiram determinados proveitos, como por exemplo das eólicas e da venda da madeira, e depois esses mesmos compartes também não investem nada na floresta. O próprio Estado, que é detentor de grande parte da nossa floresta, também não investe. De forma que, a Câmara tem que fazer alguma coisa sim, mas também temos que pensar nos particulares, que são eles os principais interessados, temos de pensar nos baldios e temos de pensar também no Estado. Depois em relação ao que disse o deputado António Carlos Figueiredo, corroboro e tem alguma razão naquilo que disse, a Câmara Municipal e todas as Câmaras Municipais foram fazendo alguns investimentos, mas nunca na ordem daquilo que nós estamos a fazer neste momento; nós vamos fazer um investimento de 300 mil euros na requalificação daquele espaço, que vai ser todo requalificado, vai ter novas salas; desde o início, aquela parte de cima tinha infiltrações de água, as salas de cima praticamente não eram utilizadas porque chovia lá, ainda hoje chove, todo aquele espaço estava tudo completamente degradado (houve uma intervenção na piscina, sim senhor, houve pinturas, sim senhor); as casas de banho, por exemplo, não são muito agradáveis ao funcionamento, o piso do pavilhão teve infiltrações de água (que veio pela Rua de Santo António e que entrou lá duas ou três vezes) e está podre e são todas estas obras que nós vamos lá fazer. Para já estamos a fazer um investimento de 300 mil euros e brevemente iremos fazer investimentos para a requalificação energética de todo aquele espaço. De forma que, aquilo que disse em parte é verdade, mas nunca foram obras da envergadura daquela que estamos a fazer neste momento; a grande sabedoria de todos estes processos não é fazer as obras, porque fazer obras qualquer um faz, é ir buscar 50% de fundos perdidos para que esta obra possa ser realizada e estamos a falar, logo à partida, em investimento de fundos comunitários de 150 mil euros. Sobre o que disse o Sr. Presidente da Junta de São Félix, tem razão, mas nós não conseguimos estar em todo o lado, não conseguimos fazer obras de saneamento e de água em todo o lado e no que diz respeito a saneamento, estamos muito atrasados, somos o concelho que menos saneamento tem e isto derivado a durante muitos anos não se ter feito investimento em saneamento. No que diz respeito a águas, estamos muito melhor, mas estamos muito longe de atingir os objetivos que são necessários; nunca São Pedro do Sul teve depósitos com as capacidades que estamos neste momento a construir: o depósito de Serrazes, por exemplo, leva mais 200 mil litros; o de Pindelo dos Milagres leva mais 200 mil litros; o de Fermontelos leva 100 ou 250 mil litros; vamos construir aqui nas Massarocas e em Cotães dois novos depósitos de água, que já estão adjudicados ao empreiteiro, cada um na ordem de 600 mil litros, para que não falte água aqui na cidade como acontecia muitas vezes. De forma que, vamos vendo se nos próximos anos conseguimos colmatar aquelas necessidades que falou, que são prementes e que não são muito difíceis de se executar. Em relação ao que disse o senhor deputado Lopes Ribeiro, não compete ao Presidente de Câmara dizer se gosta ou não gosta, porque isto obedece a determinados critérios; para aquele edifício poder ser construído, teve pareceres de uma série de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entidades que se pronunciaram nesse sentido e nós não podemos ir fora daquilo que as outras entidades nos dizem. De forma que não queira dizer que é a gestão socialista ou que é a gestão PSD, não é isso que está em causa, certamente que esses pareceres foram todos analisados e feitos de uma forma correta e depois fica ao gosto de cada um. Provavelmente eu também não gostarei, mas se a pessoa tem condições para poder executar aquele tipo de obras, quem somos nós para podermos dizer que não, e temos que deixar seguir a lei, não fico satisfeito ou triste por aquele edifício estar a ser efetuado, vi um croqui sobre o que iria ser feito e eu gostei muito, na altura não me apercebi se tinha dois pisos ou não. Esperemos que seja melhor no final da obra, muitas das vezes temos que analisar as obras no final delas estarem prontas, porque vendo em bruto podemos ter uma determinada perceção, vendo completamente construída, a perceção poderá ser outra.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em complemento às explicações dadas pelo Presidente da Câmara Municipal, disse o seguinte: “Eu já fiz parte da Assembleia Municipal enquanto membro da oposição, fui vereador da oposição e sempre analisei os documentos dentro de prazo igual ao que nós agora temos apresentado, não me impediu que os analisasse com algum detalhe havendo sempre este período curto para análise dos mesmos; ainda assim, entendo a sua posição e a sua manifestação, porque acho que de facto é pertinente. Mas também este é um ano atípico, porque a análise e a votação das contas normalmente seria feita em abril e com a questão do Covid tudo foi alterado, e aqui teve um aspeto preponderante para que só viessem agora com estes prazos: é que os revisores oficiais de contas só puderam deslocar-se ao município nos últimos dias, só muito recentemente nos enviaram o seu relatório e tivemos que levar quase até ao limite da data, do final do mês, a apresentação dos mesmos. Ainda assim, nós vamos ter uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal em julho, porque para além da aprovação das contas da Câmara, relembro que falta a aprovação das contas consolidadas que, em anos normais, seria em junho, isto é, nós aprovávamos o relatório das contas da Câmara em abril e, em junho as contas consolidadas, como agora estamos a aprovar as da câmara em junho, em julho teremos as contas consolidadas. Portanto, pode começar já a analisar as contas, tem mais de um mês para o fazer e quando chegar à próxima sessão de julho já vai mais preparado do que certamente estará hoje. Também em complemento ao que disse o senhor deputado Manuel Silva, o Covid, fez alterar tudo e todo o processo parou, a petição da estrada Termas-Vouzela já subiu à Comissão de Obras Públicas, já tem relator, como disse e bem, houve alguma interação entre os deputados do PS e do PSD de Viseu, mas não andou mais do que isso porque estes 2/3 meses os trabalhos da Assembleia não andaram à velocidade que andariam em situações normais. Sobre a questão que a senhora deputada Ester Vargas falou aqui, nunca foi feito tanto investimento na área florestal como nos últimos anos e eu dou só aqui um exemplo: neste momento temos uma candidatura, que já está aprovada há meses, só para rede primária e secundária de 70 mil euros, em que a empresa que ganhou andou uma série de tempo sem apresentar documentos de habilitação, etc, e nós tivemos que passar para o segundo; com esta situação do Covid, já era para estar a ser executada há quase um ano e ainda não está. Muitas vezes o município não tem culpa, ou as coisas não funcionam, situações de reflorestação que vêm do incêndio de 2016 só agora é que estão no terreno, ou outras situações de intervenção na área florestal que também só agora é que estão no terreno e que já vêm desde 2016. Infelizmente o PDR, que no fundo é o organismo que financia as atividades na área agrícola e florestal, funciona mal, demora muito tempo a ser aprovado e muitas vezes as candidaturas fazem sentido na altura e depois, passados 2 ou 3 anos, já não fazem sentido. Ainda assim nós



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos feito algum investimento, temos feito também nas faixas, tivemos cá pela primeira vez uma equipa de sapadores da CIM a executar trabalho na freguesia de Figueiredo de Alva (eu lembro que nós definimos como prioridade aquelas cinco freguesias daquela zona do concelho: Figueiredo de Alva, Pindelo dos Milagres, Pinho, Vila Maior e Sul, porque é onde temos a melhor mancha florestal do concelho neste momento e é aí que nos temos que nos focar), temos andado nos estradões, nos pontos de água, nas faixas, estamos a tentar que os sapadores façam outras faixas que nós fomos identificando, porque é impossível fazer tudo, mas vamos tentar fazer as que são mais prioritárias, só que tivemos o inverno muito rigoroso, depois tivemos a situação do Covid e agora os sapadores têm que fazer o serviço público, portanto é outro problema que temos aqui associado. Depois também temos a questão do ICNF que em vez de ajudar, na maior parte das situações só nos cria constrangimentos, e depois os vários compartes que temos não ajuda a que as coisas andem. Concordo, de certa forma, que é um tema pertinente, é um tema que nos deve preocupar a todos, agora também tenho que lhe dizer com toda a frontalidade que a senhora foi Presidente da Assembleia Municipal e não me lembro de ter vindo à Assembleia Municipal propor um plano de reflorestação, porque se o tivesse feito também tinha tido o apoio socialista e se tivéssemos tido um plano de reflorestação há vinte anos, não tínhamos tido os problemas que tivemos com os incêndios que tivemos nas últimas décadas; o único plano de reflorestação que este concelho teve é do Eng.º Quintela e é da responsabilidade dos serviços florestais há mais de não sei quantos anos, nunca houve um a sério, é culpa de todos nós, de agora e do passado, acho temos que minimizar e estarmos aqui todos unidos, nós iremos trabalhar nisso e contamos com a ajuda do PSD. Por fim e sobre o empreendimento das Termas, eu percebo o que diz, não percebo nada de urbanismo mas aquilo que eu lhe posso dizer e do que sei do ponto de vista turístico, aquele empreendimento vai, por si só, trazer um novo tipo de turismo ao nosso concelho, quando estiver acabado irá ver isso e também, e uma coisa não justificando a outra, sempre será melhor ter um empreendimento daqueles a ter ali durante décadas umas bombas de gasolina abandonadas. Do ponto de vista urbanístico e tendo o parecer de todas as entidades, inclusivamente da APA, depois de há décadas ter sido permitido o Balneário Dom Afonso Henriques, com aquela implementação em cima do rio, onde havia um ring de hóquei em patins e passou a um balneário com aquela volumetria, depois de ter sido permitido do outro lado do rio aquele prédio de habitação com aquela volumetria em cima do rio, como é que depois do lado de cá não se pode permitir uma construção daquelas? Porque quando se permite de um lado também tem que se permitir do outro. Admito que, para já, do ponto de vista estético, concordo consigo, mas do ponto de vista de oferta turística será uma mais-valia, sobretudo uma mais-valia diferenciadora para o nosso concelho.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Disse que o papel do Presidente da Câmara Municipal nas sessões da Assembleia Municipal era apenas para responder às questões postas pelos deputados municipais, e que não o tinha chamado idiota, apenas disse que quem defendia preconceitos era um idiota, se se tinha sentido um idiota era problema da sua consciência. Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Usou novamente da palavra para dizer o seguinte: “Eu gostava de desafiar o Sr. Presidente, porque a democracia também é isto, para que numa próxima assembleia nós aqui discutíssemos qual a cobertura do concelho em termos de saneamento, eu gostava de ver os documentos e gostava de saber em que é que eles se baseiam, quando temos um concelho que tem uma dificuldade enorme na rede pública de saneamento, porque é o concelho, a nível do



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

distrito, que tem o menor índice de população em termos de quilómetros quadrados, é dos concelhos mais extensos do distrito, mas em termos de população infelizmente é muito dispersa. Nós temos São Pedro do Sul que é uma grande área metropolitana, onde se concentra quase um terço da população naquilo que são os índices que é considerado pela comunidade europeia de cobertura total, cobertura total não é cem por cento, na água (e os índices baseavam-se na água) é noventa por cento, isto são estudos e é evidente que são indicadores, e no saneamento entre setenta e oitenta por cento. A freguesia de São Pedro do Sul, onde se concentra quase um terço da população, tem uma cobertura que se pode dizer total, não tem toda a gente, é evidente que há ramificações que não estão e aqui o grosso da população e da concentração que é servida é quase considerado cobertura total. Sul tem uma cobertura, em termos de população servida, não é de povoações nem de quilómetros quadrados, que deve andar à volta de oitenta, noventa por cento; Pindelo dos Milagres também deve andar à volta dos noventa, cem por cento; Santa Cruz da Trapa tem a maior parte da população servida por saneamento; todas as freguesias, com exceção de uma ou outra, que não têm investimento, penso que será Covas do Rio e São Martinho das Moitas. Eu tenho lá os dados e posso trazer para discutirmos e vamos saber qual a percentagem a nível da cobertura da população do concelho que é servida por rede pública, porque eu estou convencido que vão ter uma surpresa. Infelizmente há povoações e há freguesias onde o investimento é menor, algumas até por dificuldades de orografia, como por exemplo a povoação de Valadares. Agora, não se pode dizer com essa ligeireza que São Pedro do Sul, no distrito, é o concelho que tem menor população servida, isso não é verdade e nós depois vamos analisar isso, porque é evidente que toda a dificuldade que há na dispersão da população depois se reflete. Mas ainda assim, eu estive 13 anos na Câmara Municipal, o Sr. Presidente esteve lá 6 anos e eu também gostava de saber os dados, quantas pessoas é que foram servidas de saneamento nesse tempo e quantas foram agora, freguesia a freguesia. O Sr. Presidente depois irá dizer que há muitas infraestruturas, nomeadamente as fossas, que necessitam ser reformuladas porque já ultrapassou o tempo de validade, é verdade, se formos a ver por esse ponto de vista toda a população que está servida precisa de obras de manutenção, há outras onde foi colocada a tubagem e faltam as fossas, é verdade, há muita deficiência, agora em termos de obras eu penso que não vale a pena nós confrontarmos, cada um fez aquilo que foi possível no seu tempo, mas também não podemos puxar todas as brasas para a nossa sardinha. Por exemplo, no pavilhão houve investimentos muito grandes, a impermeabilização foi uma obra do Silva & Brandão, que pode ser verificada lá a empreitada, foram gastas ali muitas dezenas de milhares de euros naquele pavilhão; agora é evidente que ele precisa constantemente de obras e felicito-o por esta que se vai fazer e que irá ser levada a cabo, mas há muitas no passado que foram feitas e se forem contabilizadas talvez andarão igual ou superior a esse montante. Também não gostei daquela observação de dizer que a ajuda e a participação nos programas de apoio aos bombeiros, ao contrário do que foi feito no passado. Está aqui o Presidente da Junta de Freguesia, talvez não tenha acompanhado, foram feitas obras e foi uma candidatura em que a câmara, sempre que houve essas candidaturas, participou sempre aquilo que era a parte que competia à entidade, ou seja, aos bombeiros. Não sei o que é que quer dizer com “ao contrário do que se passou no passado”, como se costuma dizer “o passado já lá vai”, para afirmarmos aquilo que estamos a fazer não temos que confrontar sempre com aquilo que foi feito no passado, até porque nós nunca temos dados seguros, nem objetivos, nem fiáveis, sobretudo aquilo que foi feito no passado. Mas em relação à cobertura do saneamento, eu deixo

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse desafio para uma próxima assembleia, porque também o confronto de factos é tão importante como o confronto das ideias.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que era óbvio haver diferenças entre a gestão PSD e a gestão PS e que comunga e partilha com os ideais sociais democratas, sendo por isso que veio, de uma forma transparente e leal, levantar a questão relativa à obra que estava a ser feita nas Termas de São Pedro do Sul - o SPA do Hotel Lisboa - que o chocava, dizendo que: “Convém que fique bem claro nesta Assembleia para que os vindouros possam avaliar que por aqui passou alguém ou por aqui passaram deputados do PSD que em determinadas circunstâncias e em determinados momentos apontaram o dedo a uma obra cuja volumetria me choca. Não sou especialista na matéria, mas como responsável e como munícipe, não por preconceito que não tenho nem nunca tive, não gosto e mesmo que essa obra seja uma obra interessantíssima e para evitar aquilo que disse o senhor vice-presidente Dr. Pedro Mouro, nós não podemos basear-nos nos erros, outros erros que foram feitos no passado e que podemos minimizar na atualidade, outras obras que foram melhores ou piores, e que também nós hoje podemos apontar o dedo. É precisamente por isso que nós queremos evitar que isso aconteça, para que a vossa gestão socialista, os sociais democratas e todos os munícipes, possamos reparar algo que não venha a chocar no futuro.” Perguntou ainda se não era a Câmara Municipal a última entidade a licenciar a obra e a ter uma palavra para poder minimizar o assunto.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Referiu que se ia iniciar o período crítico e que os dois pontos de água prioritários na sua freguesia ainda não tinham sido intervencionados. Alertou também para o seguinte: “A freguesia de Valadares, juntamente com a freguesia de São João da Serra - Oliveira de Frades, têm junto ao Rio Vouga e à bacia uma grande mancha de pinheiro bravo e que, há 2/3 anos, tinham lá tentado colocar um incêndio florestal, que na altura alertaram que era importante a Câmara Municipal fazer lá um investimento, no sentido de ligar o estradão florestal nessa mancha de pinheiro bravo com o concelho de Oliveira de Frades, mais propriamente com a localidade do Muro - São João da Serra. A Câmara Municipal de Oliveira de Frades fez a parte dela e investiu nessa ligação, falta a parte de São Pedro do Sul. Há muitos poucos dias, houve uma tentativa de incêndio nesse local, dirigiram-se lá os bombeiros de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Santa Cruz da Trapa, por isso deixava aqui mais esse alerta da possibilidade de, junto à barragem no fundo da freguesia de Valadares, junto ao concelho de Oliveira de Frades, a Câmara Municipal investir e fazer a ligação a Oliveira, porque Oliveira já fez na parte do seu concelho. Para terminar e tendo em conta que a Dr^a Ester falou, e muito bem, da questão da reflorestação, as freguesias de Valadares, União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões e Serrazes, estamos de parabéns, porque, a curto prazo, vai sair em Diário da República a constituição de uma nova ZIF no concelho. Acho que isto é um passo importante, porque houve um trabalho interfreguesias, todos nós pensámos que não era possível gerir as nossas freguesias sozinhos e juntamos as três freguesias; houve agora a última audiência final e, pela informação que temos, estão reunidas as condições para o ICNF aprovar essa candidatura de uma nova ZIF. Esperamos que as ZIF tenham outro tipo de apoios para mudarmos a médio e longo prazo a nossa floresta, já temos a área mínima, outros vão aderir, os apoios ainda não são muitos, mas se na fase inicial for aprovado e numa fase inicial for feito o levantamento do cadastro, já é um bom passo.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta ao Deputado Municipal Vasco Reis, disse: “O Presidente da Câmara não tem que responder a coisas idiotas, o Presidente da Câmara responde àquilo que entende que deve responder. Aquilo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o senhor disse é diferente daquilo que escreveu e para não estar a ler tudo, só lhe queria dar esta passagem "... e é neste estado que estamos com idiotas no poder...", e referia-se à minha pessoa, porque antes já se estava a referir à minha pessoa." Quanto à intervenção do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, disse o seguinte: "Mais do que nós estarmos aqui a discutir se a obra tem mais ou menos envergadura, se a obra deve ser pintada de vermelho ou de branco, porque o seu gosto na sua casa pode ser de branco, o meu pode ser de vermelho (gostos não se discutem), a Câmara Municipal está muito preocupada com as Termas e com todo o nosso concelho e, nesse sentido, estamos fartos de adquirir propriedades no sentido de desenvolver o nosso concelho; adquirimos a propriedade que, como sabe, era do Domingos Capitão, propriedade essa onde não queremos que mais ninguém lá vá construir, para podermos ter ali uma base de construirmos aquilo que poderá vir a ser um espaço público; também adquirimos aquele espaço do lado contrário, antes de chegar à escola primária, que era da família do Dr. Moreira, também já para prepararmos o futuro e para que outras pessoas não construam lá mamarrachos, somos nós que vamos construir aquilo que nós queremos construir e aquilo que nós entendemos que é o necessário para o nosso concelho. Falando em mamarrachos, também fomos nós que despoletámos toda a situação daquele edifício que está por trás do Pavilhão Municipal, para que pudesse ter sido desbloqueado e possa estar na fase de acabamentos, conforme está neste momento, que esteve durante muitos anos completamente em ruínas." Sobre o que disse o Deputado Municipal António Carlos Figueiredo, referiu não ser verdade, pois tinha consigo os dados oficiais em que, de todos os concelhos do distrito, São Pedro do Sul era o último de todos, porque nunca houve investimento em saneamento, que embora houvesse situações pontuais, o concelho de São Pedro do Sul estava com uma taxa de execução de saneamento de 32%. Referiu ainda o seguinte: "Temos aqui outro mapa, feito por uma entidade externa, quando São Pedro do Sul estava juntamente com Viseu, Vouzela, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, a pensarmos colocar aqui a água através de um sistema único, que diz que São Pedro do Sul tem 30% de rede de saneamento, não são os 32%, e fala em 54% de redes de águas. Esta é a realidade, estes são os números, se vocês me perguntarem se neste momento subiu muito em relação à percentagem que tínhamos na altura, provavelmente não, porquê? Porque, por exemplo, esta rede de saneamento da ETAR de Valgode que estamos neste momento a construir e que ainda não está pronta, vai cair todo o saneamento de Bordonhos e vai cair grande parte de Pinho, que até aqui não tinha, e quando esta obra estiver concluída vai beneficiar toda esta gente e aí vai subir. Não está aqui, por exemplo, Fermontelos, neste momento temos praticamente tudo pronto em Fermontelos, falta-nos fazer as ligações elétricas. Mas o que é que Serrazes tinha de saneamento? O que é que Carvalhais tinha de saneamento? O que é que Vila Maior tinha de saneamento? O que é que Figueiredo de Alva tinha de saneamento? Falou em Sul, os Pesos de Sul, por exemplo, não têm saneamento, neste momento o centro de Sul está a descarregar diretamente para o Rio Sul, vamos nós lá fazer agora uma ETAR. As coisas têm que ser ditas, não andem aqui agora a tentar deturpar as coisas. Quantas redes de saneamento estavam neste momento a cair para o rio? Rio de Mel, por exemplo, para onde é que vai o saneamento? Diretamente para o rio. Neste momento já temos entregue a um empreiteiro para fazer uma ETAR em Rio de Mel. Para onde é que estava a ir o saneamento de Pindelo? Falou em saneamento de Pindelo, para onde é que estava a ir o saneamento de Pindelo? Ia diretamente para o ribeiro. Para onde é que vai o saneamento de Manhouce? Diretamente para o rio. Nós agora vamos construir uma ETAR. Falou em Santa Cruz da Trapa? Santa Cruz da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trapa é uma vergonha, é uma freguesia que não tem praticamente saneamento. Sabe qual é o saneamento que tem em Santa Cruz da Trapa? É o Boco que está a descarregar diretamente para o rio, porque uma fossa está cheia há perto de dez anos e nunca foi limpa. Já estamos a construir a ETAR de Lourosa, já lançámos o concurso para o Boco e estamos a falar em cerca de 300 mil euros só para isso, e está aí um dos pontos. De forma que, Dr. António Carlos, não me venha falar que São Pedro do Sul era uma maravilha a nível de saneamento, porque era uma vergonha aquilo que existia em São Pedro do Sul a nível de saneamento. A rede de águas está melhor, pois está, mas há muito por fazer. Vocês sabem quantas ETAR's construímos desde que estamos na Câmara Municipal? Construímos a ETAR em Fermontelos, construímos a ETAR em Mosteirinho, construímos a ETAR no Sobral, construímos uma ETAR em Sendas, Figueiredo de Alva, Sobral, Rompecilha, Barbas, Covelo de Valadares, vamos agora fazer a rede de saneamento de Vila Maior. O que é que havia a nível de ETAR? Vocês sabem quantas ETAR's haviam no concelho de São Pedro do Sul na altura da gestão PSD? Havia a ETAR de Valgode, a fazer descargas ilegais muitas das vezes para o rio e havia uma pequena em Oliveira de Sul com problemas. Estes dados o senhor não os consegue inverter, este é um mapa oficial, pior do que nós, só existem três ou quatro concelhos da Região Centro, isto são dados oficiais, por muito que o senhor queira inverter a situação, não consegue, porque muitas freguesias, nomeadamente Figueiredo de Alva, Vila Maior, Carvalhais, Valadares, São Martinho das Moitas, Covas do Rio, não tinham saneamento, e agora temos nós de tentar inverter tudo isso. No que diz respeito à questão dos bombeiros, o senhor enquanto Presidente de Câmara nunca assumiu que pagaria o diferencial entre aquilo que haveria de participações do Estado e aquilo que os bombeiros teriam que gastar, eu já o assumi, mal os bombeiros consigam uma participação do estado para executar a construção do edifício dos bombeiros, eu assumo, enquanto presidente da câmara municipal que a câmara municipal pagará o diferencial entre aquilo que irão receber e aquilo que terão que pagar. Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Desafiou o Presidente da Câmara Municipal, para, numa próxima sessão, discutirem o assunto com dados concretos, dizendo que: "Se São Pedro do Sul tivesse 30% de saneamento da população servida, fazendo contas seriam quatro mil e quinhentas pessoas no concelho, nós devemos ter quinze mil neste momento, agora eu pergunto: São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, que deve ter cinco mil habitantes, não estão servidos? Eu pergunto: e Pindelo, não está servido? Eu pergunto: e Sul não está servido na maior parte das maiores povoações, com exceção dos Pesos? E Manhouce: não tem saneamento a funcionar? Nós temos que discutir as coisas com seriedade, a população de São Pedro do Sul ocupa, se calhar, menos de 30% do território e estes dados é a cobertura do território, agora querem-me dizer que os quinze mil habitantes de São Pedro do Sul cabem em nove Oeiras, por exemplo, obviamente, tem cem por cento de território e cem por cento de população. Nós aqui nunca vamos ter cem por cento de território, seria a maior aberração que poderia acontecer. E vou dizer mais: Baiões fez-se um quilómetro de saneamento e ligaram três pessoas; Cotães ligou uma casa no saneamento que se fez. Covas do Rio, Covas do Monte, São Martinho das Moitas, há fossas individuais e há fossas coletivas; quando esses senhores fazem os dados, eles têm os problemas que têm com a concentração de população, não se lembram que o sistema individual é também uma forma de saneamento, isso é rede pública e as pessoas o que entendem nas cidades, e dão-lhe azo a isso, acham que nós aqui temos 30% do território servido, podemos ter quarenta ou cinquenta por cento das pessoas que são servidas, o resto ainda vai, desculpem a expressão, "a meio do milho



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a folha de couve”. Se eu tiver uma fossa individual devidamente licenciada, eu tenho saneamento, isso é rede pública, agora eu pergunto: justifica-se a rede pública num território como este que para servir dez pessoas é necessário um quilómetro de saneamento? E depois nesse quilómetro de saneamento, dessas dez pessoas apenas liga uma. Primeiro tem que se fazer o levantamento, e passando a rede de saneamento é obrigatória a ligação, obrigar uma pessoa a fazer a ligação, que é uma despesa enorme, quando ela tem uma fossa que lhe serve para toda a vida, que trata da sua manutenção, mas o facto de passar a rede pública ela vai ser obrigada a ligar, isto é uma violência sobre as pessoas e isto tem que ser reformulado. Agora, obviamente que todos os sistemas que nós tínhamos, que eram fossas, vão evoluindo, a fossa de Oliveira de Sul já é uma fossa moderna e a funcionar muito bem para aquela população, foi a última que se fez, as anteriores, e eu não estou a falar de heranças, porque foi também no meu tempo, estavam todas em rotura; o Sobral já tinha fossa, Mosteirinho já tinha fossa, agora eram fossas que foram construídas noutra tempo e que não tinham condições. O que falou aí não foram fossas novas, foi a remodelação, foram ETAR’s para substituir as fossas que funcionavam e era o sistema da altura. Em relação ao ponto dos bombeiros eu não percebi; no meu tempo a câmara sempre se prontificou a pagar as participações que cabiam aos bombeiros. Quando é que eu disse que não? Isto vale o que vale, mas essa afirmação, com o devido respeito, não é verdade, nós sempre participámos, e esses dados não se podem discutir com essa ligeireza, os documentos que tem aí podem ser verdadeiros, mas não correspondem à realidade.”-----

Nesta altura, quando eram 11 horas, ausentou-se dos trabalhos o Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do dia:**-----

3.1 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Informou que devido à saída de dois elementos da CPCJ, havia necessidade de se proceder à substituição dos mesmos, pelo que propôs que fosse realizada apenas uma votação, em que cada Grupo Parlamentar propusesse um elemento. A mesa recebeu proposta escrita do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, nos seguintes termos, para efeitos de votação:-----

- Ana Paula Jorge Pereira (PS) e
- Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD).

De seguida, passou-se à votação da proposta, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada com 33 (trinta e três) votos a favor e 1 (um) voto em branco.-----

3.2 - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Informou que devido à saída de um dos elementos para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de S. Pedro do Sul, havia necessidade de se proceder à substituição do mesmo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, para efeitos de votação:-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Custódio Pinheiro da Rocha (efetivo);
- Alberto Claudino Gomes Figueiredo (suplente).

De seguida passou-se à votação da proposta apresentada, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada com 26 (vinte e seis) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 5 (cinco) votos em branco.-----

3.3 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Fez o seguinte esclarecimento: “Se repararem a situação da dívida municipal, comparando com a última Assembleia Municipal de fevereiro, há aqui uma redução de um milhão de euros, e se compararem com a conta final de 2019 em que, comparando com 2018, a dívida até aumentou, o que é certo é que de dezembro para junho a dívida baixa dois milhões, o que significa que, neste momento, o total da dívida da Câmara está em cinco milhões e trezentos e é nesta altura a dívida mais baixa da Câmara Municipal dos últimos vinte e tal anos. É importante também dizer que este dado, sendo real, não nos podemos guiar muito por ele por duas ordens de grandeza (e eu aqui já justifico um bocadinho o valor do final do ano de 2019): com muitas obras participadas e com fundos comunitários e muitas das vezes, por exemplo, a questão da ETAR que é uma obra de quatro milhões que tem estado atrasada, que já houve várias alterações ao projeto, muitas vezes sempre que nós temos estas obras com alteração, quer de execução temporal, quer de execução física, isto é, alterações ao projeto, temos que submeter à entidade financiadora, seja à CCDR, seja ao POSEUR, e quando nós pedimos uma alteração, os pedidos de pagamento ficam suspensos até eles aprovarem a alteração e, claro, que as obras continuam a andar e nós vamos ter que pagar aos empreiteiros, ou seja, no final do ano a dívida aumentou, porque, por exemplo, o balneário romano já estava todo pago e por a obra ter derrapado em termos temporais, faltava-nos receber quinhentos mil euros; a escola de Vila Maior a mesma coisa. O que eu quero dizer com isto é que, por vezes, para justificar as grandes oscilações que há aqui da dívida em períodos curtos de meses, se no final do ano tinha aumentado, aqui há uma redução logo de dois milhões de euros. É natural com tanto volume de obra que ela até vá aumentar, mas, neste momento, está no valor mais baixo dos últimos vinte e tal anos. Também por outras duas razões: no final do ano tinha subido por essa que eu evidenciei, mas todos sabem que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro esteve praticamente sempre a chover e as grandes obras pouco andaram; em março, abril e maio com o Covid pouco andaram; o que quer dizer que nós fomos pagando e as obras foram andando devagar, logo não houve altos, não houve faturação das novas obras, portanto, isto para justificar que o valor de 2019 subiu muito e agora baixou muito. Estas oscilações têm a ver sobretudo com isso, ainda assim neste período são números fantásticos, que não é difícil manter em função do volume de obras e do investimento que nós temos.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

3.4 - INFORMAÇÃO SOBRE OS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À DOENÇA COVID 19:-----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Referiu que, uma vez que no exercício de 2019 aumentou a dívida de curto prazo e muitos dos fornecedores são empresas locais, era um bom incentivo para a economia local a Câmara Municipal tentar agilizar e fazer um esforço do sentido de pagar as dívidas aos fornecedores, de maneira a que fosse injetado dinheiro na



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

economia para as empresas poderem sobreviver, face aos problemas relacionados com a doença Covid 19. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Disse, uma vez mais, que de dezembro até à presente data tinham baixado dois milhões de euros e de fevereiro até à presente data, só de documentos a curto prazo e a fornecedores, existia uma diferença de praticamente um milhão de euros, logo era sinal de que fizeram em esforço para tentar pagar e estavam a pagar, embora houvesse ainda muito para pagar. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

3.5 - INFORMAÇÕES DA TERMALISTUR SOBRE ANÁLISES ORÇAMENTAIS REFERENTES AO ANO DE 2019 E 1.º TRIMESTRE DE 2020:-----

Foram presentes as informações referidas em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. ---

3.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. PEDRO DO SUL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ECONÓMICOS":-----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Começou por fazer uma projeção de diapositivos respeitante à Escola Secundária, como está agora e como irá ficar depois da intervenção que irá ser feita, dizendo o seguinte: “Eu queria começar por dizer que finalmente este projeto “vê a luz do dia”. Penso que estamos todos de parabéns por termos chegado a este ponto, porque finalmente a Escola Secundária vai ser requalificada. Foi um esforço de todos, isto foi feito em estreita colaboração com a direção do Agrupamento de Escolas em dezenas de reuniões, privilegiámos essencialmente o conforto dos alunos e das pessoas e o conforto e a funcionalidade dos espaços, há um grande investimento em equipamentos e também as novas tecnologias, porque esta escola nunca foi alvo do plano tecnológico, por isso focámo-nos essencialmente nestes aspetos. Penso que esta intervenção vai colocar finalmente a Escola Secundária de São Pedro do Sul no século XXI e estamos todos muito agradados, nós e a direção do Agrupamento de Escolas e quem interveio neste projeto, nomeadamente o Ministério da Educação, pelo resultado final. É óbvio que é uma intervenção que vai demorar algum tempo, porque nós não podemos suspender as aulas, estamos agora nessa fase de decidir para onde vamos começar, de maneira a não intervirmos muito no desenrolar normal do ano letivo. Nós temos uma comparticipação de 85%, pelo FEDER, que equivale a mais ou menos dois milhões e quinhentos mil, depois o Ministério da Educação, dos 15% restantes, vai participar 7,5%, que equivale a duzentos e vinte e cinco mil e nós Câmara os outros 7,5%, são mais duzentos e vinte e cinco mil. Depois há sempre na empreitada uma parte que é para o IVA, que nos cabe a nós assumir, que são duzentos e sessenta mil, e o tal campo de jogos exterior que nós decidimos fazer a reformulação e torná-lo apto para quem quiser praticar desporto, que à nossa parte também nos cabe duzentos e trinta e oito mil. Isto tudo dá para o município de São Pedro do Sul um investimento total de setecentos e vinte e três mil euros.” Presidente da Câmara Municipal: Referiu que esta era a altura certa para o PSD se manifestar e dar os parabéns à Câmara Municipal e de dizer que esta gestão do PS estar no bom caminho, dizendo que: “Nesta 2ª fase de comparticipações S. Pedro do Sul levou 10% de todas as verbas que havia para toda a região centro, que são 100 municípios, ou seja, foi aquele trabalho de bastidores que muitas vezes é necessário fazer, para que as nossas crianças, os nossos professores e os nossos auxiliares

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possam ter as condições que irão ter daqui para a frente. Esta obra está completamente pronta, quero agradecer aos nossos técnicos, ao Nuno Almeida que muito trabalhou e a todos aqueles que muito trabalharam para que hoje estivéssemos em condições de trazer aqui este projeto, que está pronto a lançar concurso.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que era, sem dúvida, uma obra que há muito almejavam e precisavam, perguntando quando é que estava previsto o início dos trabalhos e, em termos de organização funcional, como é que ia ser elaborada a obra para não ter impacto não só no funcionamento normal da escola, mas também na prática desportiva, que teve durante o último ano pelo menos algumas interrupções por questões de segurança. Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Fez intervenção com o seguinte teor: “Antes de mais queria dizer que foi um orgulho muito grande e um prazer ter tido a oportunidade de participar neste projeto. O projeto foi feito com as várias fases desde 2018 com o primeiro milhão, depois um eventual segundo, terceiro, e a verdade é que estamos aqui hoje com um financiamento de três milhões de euros. Nós fizemos projetos para uma primeira fase, fizemos projetos para uma segunda fase, sempre com a esperança e finalmente conseguimos atingir o objetivo. Desde o início houve uma ligação muito grande com a direção da escola, com o agrupamento, houve dezenas de reuniões, houve dezenas de visitas ao local, muitas conversas, muitas ideias, mas com o foco perfeitamente definido, que era conseguirmos não ir para uma obra megalómana, porque já tivemos esse exemplo no passado em que, graças a isso, nunca tivemos as condições que devíamos ter tido, que teve uma implicação gravíssima nos dias de hoje, que com essa perspetiva da requalificação foi sempre sendo adiado um plano tecnológico e hoje, nestes dois ou três meses que tivemos, verificámos que não funciona, a escola não tem condições mínimas para funcionar a este nível, e isso ajudou-nos também a preparar o projeto e a focarmo-nos no que é essencial, e o essencial é o conforto dos alunos, o conforto dos professores e ter as ferramentas necessárias para conseguirmos ter o melhor ensino presencial e à distância. Mal imagináramos nós, durante este processo, que iríamos ter esta situação do Covid. Isto é um projeto final, mas se calhar é a terceira ou quarta ou quinta ou sexta versão, porque na fase de arquitetura juntamente com a DGESTE todo este processo foi acompanhado pelos técnicos da DGESTE e com a direção da escola, foi feito um trabalho muito profícuo, portanto tivemos sucessivamente que alterar. A questão da funcionalidade e da distribuição dos espaços foi fundamental, houve sempre essa preocupação, todas as soluções tinham sempre, digamos, um teto e, obviamente, não descuidando a parte da funcionalidade e da comodidade. Portanto, nesse aspeto conseguiu-se, na minha opinião e na opinião de todos, um projeto bastante satisfatório, a direção da escola está agradada com isso, nós também, conseguimos com o mínimo de ampliação possível (mil e trezentos metros quadrados) colocar todos os serviços nesse edifício central e dotar o pavilhão com melhores condições, pois havia uma dificuldade na utilização do pavilhão cada vez que havia uma aula de educação física que era montar equipamentos, e conseguiu-se encaixar aqui uma sala própria para montar os equipamentos de ginástica, todas essas aulas podem decorrer lá em paralelo com outras aulas que aconteçam no pavilhão. Isso obviamente que, dado que vai haver um aumento do quinto e sexto ano, vai permitir uma melhor utilização e uma melhor gestão daquele espaço. Em relação aos serviços e porque o projeto vai ser escola básica e secundária de São Pedro do Sul, nós tivemos que, com dados que a DGESTE tem, juntar o quinto ao décimo segundo ano e houve necessidade de potenciar ao máximo as salas, sem aumentar a volumetria, e com os pavilhões A, B e C nós vamos conseguir, com dados que a DGESTE tem, ter quarenta



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e nove salas, que são as salas necessárias, já contando com a sala de necessidades educativas especiais. Há uma sala para a Associação de Pais, há uma sala para a Associação de Estudantes, para Encarregados de Educação, para Diretores de Turma, portanto todas essas necessidades estão supridas agora neste projeto. Em termos de timings foi definido, juntamente com a direção da escola, a obra vai ter o prazo de dezoito meses, em princípio vamos lançar o concurso na segunda-feira, é um concurso que obriga a visto prévio do Tribunal de Contas e, em condições normais, no final deste ano estaríamos em condições de ter o contrato assinado e iniciar os trabalhos e na proposta foram previstas quatro salas amovíveis. O programa de concurso prevê uma programação e um calendário para execução de obra faseada, em cinco fases, precisamente para permitir que as aulas decorram ao mesmo tempo. Obviamente que vai haver um aumento de frequência na Escola Básica, as salas vão ser todas ocupadas e, em alguns períodos, a parte também da cozinha e do refeitório vai ser utilizado. A primeira fase é o pavilhão gimnodesportivo e o bloco oficinal, as aulas de educação física terão que ser feitas no pavilhão e as aulas do bloco oficinal passarão para a Escola Básica. Numa segunda fase vamos fazer o bloco A e aí regressam as turmas, algumas regressam ao bloco oficinal e outras, do sétimo ano e oitavo voltam para baixo. Seguidamente vamos para o bloco B, porque é o bloco com os três pisos, e aí sim, potenciada ao máximo, o que se espera que sejam necessárias quatro salas modelares, é o que nós vamos montar lá na escola, está no âmbito da empreitada fazer essa montagem. Por fim vamos para o bloco administrativo, ou seja, quando formos para o bloco administrativo todas as salas estarão concluídas. Depois há a questão da montagem do equipamento, que em princípio só poderão ser montados no final, porque a zona técnica da parte das telecomunicações será nesse bloco central e só no final da escola toda pronta é que estarão a funcionar esses equipamentos. Quando forem as obras do bloco principal, vai haver mais alguma dificuldade na gestão daquele espaço: os espaços administrativos funcionarão na escola básica, vamos ter algumas salas que vão servir eventualmente de bar, de sala de professores, de alguns apoios que existem neste momento, há todo um escalonamento definido com a direção da escola que, em condições normais, vai funcionar tendo sempre consciência que poderá haver aqui depois necessidade de um ajuste durante a obra, mas parece ser perfeitamente possível. É claro que é muito mais fácil fazermos isto no papel e no computador, na prática sabemos que as aulas vão continuar a acontecer. Com esta situação do Covid vamos ver que implicação é que poderá ter nestes espaços, porque as salas e as turmas foram quantificadas em condições normais, se tivermos que garantir algumas situações de afastamento teremos também uma dificuldade acrescida com esta intervenção, mas não vale a pena estarmos agora muito focados nisso, porque nós cá estaremos e temos vários planos para seguramente dar resposta e, daqui a dois anos e qualquer coisa, esperemos estar numa escola melhor.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente ao pavilhão gimnodesportivo, perguntou se estava a ser pensada e acautelada e falta de espaço para a prática desportiva, uma vez que existem muitas entidades desportivas no concelho de São Pedro do Sul, para que os alunos não ficassem sem a prática desportiva como tem vindo a acontecer. Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Respondeu que tudo tinha sido ponderado e acautelado, as intervenções no pavilhão da escola serão essencialmente um piso novo, porque o existente não tem condições e irão ser quatro balneários com duas zonas comuns. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que a escola e a comunidade estavam de parabéns e que São Pedro do Sul iria sair enriquecido, dizendo que: “A câmara não fez mais do que a sua obrigação, é para

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso que foram eleitos, é para isso que temos o executivo. O PSD partilha com agrado e regozijo pelo trabalho feito por todos, porque não só um trabalho vosso, é um trabalho que também veio de trás e a comunidade de São Pedro do Sul reconhece o trabalho atual, mas também reconhece o trabalho do passado, ou seja, quem ouvir o senhor presidente dá-nos a noção de que nada foi feito no passado e que nós somos uma comunidade em que nem sequer existia ensino, existia ensino, houve ensino, houve um espaço onde se fez esse ensino, onde os meus filhos partilharam e foram educados nas circunstâncias que o foram na altura, com melhor ou piores condições. Este foi o momento certo e São Pedro do Sul está efetivamente de parabéns.” Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS): Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, parabenizou o atual executivo pela excelência do trabalho realizado quanto à Escola Secundária, porque por vontade do PSD São Pedro do Sul tinha apenas aceitado um milhão de euros. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Interveio dizendo o seguinte: “Este desígnio da recuperação e da renovação da Escola Secundária era um desígnio de há já muitos anos, não foi um desígnio do Partido Socialista, foi um desígnio da comunidade de São Pedro do Sul que foi tratado em cada época por quem tinha essas funções. Portanto, estamos todos de parabéns, a câmara está de parabéns, a comunidade está de parabéns, acima de tudo os alunos, os professores, os funcionários, vão ter um equipamento de facto à altura das exigências atuais, mas não podemos ignorar que tudo isto é um processo que não foi iniciado no presente executivo, era um processo que já vinha de trás, a câmara anterior também se empenhou, eu própria na Assembleia da República também tive uma intervenção a esse nível. Toda a gente sabe o que foi feito e o trabalho que foi levado a cabo na época, simplesmente cada época tem as suas contingências e este foi um momento ideal para chegarmos aqui a uma situação que vai beneficiar toda a gente. Agora, não podemos é ignorar o passado e se o passado é trazido à colação tantas vezes, também não é correto que seja ignorado quando, de facto, há todo um trabalho, há todo um processo ao longo do tempo, uma vez que esta era uma necessidade considerada prioritária em São Pedro do Sul. O facto de, no governo anterior, se ter conseguido um milhão e duzentos mil euros, não era o projeto para a requalificação da Escola Secundária, era aquilo que, na altura, era possível obter para uma primeira fase atendendo à urgência de algumas situações que se verificavam na escola. Portanto, nós temos que analisar a história à luz do contexto em que as coisas são passadas, hoje mais do que tirar louros, acho que houve aqui um contributo de toda a sociedade e, obviamente, de quem tem a liderança no momento e terá tido também o seu trabalho. Isto não vai diminuir o trabalho que o atual executivo teve no processo, mas acho que quem está verdadeiramente de parabéns é São Pedro do Sul, por aquele equipamento que passa a estar à altura da época que vivemos e que, com muito agrado, regista também a estar parcialmente, e naquilo que é possível, ao serviço da comunidade de São Pedro. Isso é de facto um aspeto bastante positivo, mas há todo um percurso, há todo um trabalho e há épocas, há momentos, há momentos mais desfavoráveis e há outros mais favoráveis, mas que toda a gente e o executivo anterior também trabalhou e na altura o professor Rogério era vereador e também se empenhou nessa luta, que era uma luta de todos, mas é evidente que os contextos têm as suas características e agora foi o momento exato de o fazer, mas já que se fala tanto em passado, às vezes escusadamente, também há momentos em que é bom ver que há passado e todos temos que ter memória porque este é um trabalho coletivo e o anseio de São Pedro do Sul há muitos anos.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta referiu o seguinte: “Eu nunca disse que o executivo anterior não poderá ter trabalhado



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que tivesse conseguido atingir esses objetivos, a verdade é que o trabalho não produziu frutos e o que aqui está aqui em causa é que foi connosco que produziu os frutos. Eu quero lembrar a senhora deputada municipal que, ainda antes de umas eleições legislativas, o PSD tinha colocado nas grandes obras a nível nacional um milhão de euros para São Pedro do Sul, meteu em orçamento mas não deixou lá ficar o dinheiro; isto é a mesma coisa que eu dizer que vou fazer o saneamento em São Félix e ponho isso no orçamento, mas inflaciono o orçamento e depois não tenho dinheiro para o fazer, e foi isto que o PSD fez com a escola de São Pedro do Sul. A senhora, enquanto deputada da nação, tentou ajudar, acredito que sim e sobre isso nada a dizer, fez o seu papel e muito bem. É claro que qualquer deputado da nação não consegue tudo aquilo que pretende para as nossas terras, da mesma forma que também já havia secretários de estado a dizer que iam fazer a estrada das Termas para Vouzela e nunca o fizeram. Conversas leva-as o vento. O que é importante no meio disto é quem é que conseguiu e sobre isto ninguém pode dizer o contrário. Nós, numa primeira fase, conseguimos novamente o tal milhão e veio cá a senhora Secretária de Estado, porque estas coisas não acontecem por acontecer, tentamos sensibilizar os nossos governantes para os problemas que tínhamos, e conseguiu-se manter esse milhão, e depois mais tarde (eu lembro que fui criticado em Assembleia Municipal por não ter aceite esse milhão) eu disse “Vamos ver, que estamos a trabalhar para termos mais”, e vocês já queriam aceitar esse milhão, e se nós tivéssemos aceite esse milhão nunca iríamos ter os três milhões que temos agora. E conforme eu vos disse, “Nós conseguimos mais de dois milhões”, esses dois milhões são dez por cento do “bolo” de toda a região e estamos a falar em cem municípios, todo o trabalho que possa ter havido antes, a verdade é que fomos nós que conseguimos concretizar isto. E senhor deputado Lopes Ribeiro, eu quero convidá-lo daqui a dois anos, porque eu serei novamente Presidente de Câmara, para a inauguração daquela escola, porque eu sei que o senhor também fará parte desta Assembleia e fica desde já convidado para ir fazer a inauguração da escola, porque eu também não ando aqui a encher pneus, eu também estou aqui para lançar as obras e também quero ir inaugurá-las, como se pode calcular. Quero dar os parabéns aos vereadores, porque efetivamente trabalharam muito para se conseguir atingir este patamar que temos agora aqui, a escola será uma escola de topo e a obra irá ser lançada a muito curto prazo. Agora, a câmara anterior não tem culpa, mas eu lembro-me de estar na Escola Secundária a anunciarem através do parque escolar uma obra de dezassete milhões de euros. É bom que as pessoas tenham consciência que no passado trabalhou-se para ter a escola, não conseguiram e é bom que estas coisas se saibam, porque no meio disto tudo a obra que vamos fazer, vamos fazê-la mas com três milhões de participação, porque fazer obra qualquer pessoa faz, agora é preciso é ir buscar dinheiro e isso nem todos conseguem.”

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Usou da palavra para referir que se não existia escola em São Pedro do Sul há mais anos, a culpa tinha sido do Governo da altura e que o Presidente da Câmara Municipal tinha apoiado, a culpa tinha sido do Eng^o José Sócrates e do Parque Escolar, sendo que agora o Presidente da Câmara Municipal apenas estava a resolver um problema que ele tinha criado. Disse ainda que o que o PSD de São Pedro do Sul tinha criticado foi o facto da Câmara Municipal ter que fazer obras num edifício que é responsabilidade do Estado Central. Presidente da Câmara Municipal: Retorquiu dizendo que o Governo não tinha criado nenhum problema, que a escola já estava há trinta e seis anos sem ter obras, que o problema já estava criado e que ele próprio tinha feito a crítica. Não se tendo verificado mais

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE":-----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Sobre este assunto, fez o seguinte esclarecimento: “A proposta aqui apresentada é um alargamento do prazo, ou seja, nós estávamos a dar este apoio à natalidade a crianças até um ano de idade e vamos alargar para os três anos, porque como o sistema público não tem creches até aos três anos, comparticipadas pelo estado e a partir dos três anos já temos o sistema público a funcionar através dos jardins de infância. Mantém-se tudo o resto mais ou menos igual. A ideia é ajudar os pais nos primeiros três anos de vida e aqui metemos também a hipótese das creches, ou seja, apresentarem também os recibos de creches e tudo o que tenha a ver com as crianças, nomeadamente alimentação, puericultura, etc. O que está neste regulamento é todas as crianças nascidas desde um de janeiro de dois mil e vinte, ou seja, vamos buscar todas as crianças nascidas desde um de janeiro deste ano. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares PSD: Perguntou, em nome da bancada do PSD, quais os resultados que têm havido com este apoio na natalidade no concelho de São Pedro do Sul. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondeu que tinha havido um aumento da natalidade no concelho de São Pedro do Sul, fruto não só do apoio que a Câmara Municipal dava, como é lógico, mas que tinha a ver também com as condições económicas no país, que tinham sido muito favoráveis desde a crise há uns anos atrás. Referiu ainda o seguinte: “É óbvio que isto não é assim tão linear, ou seja, nós ao darmos os 50 euros de ajuda aos pais, ajuda não só os pais e as crianças, mas também ajuda a economia local, porque a obrigação é apresentarem os recibos de que as compras foram feitas no nosso concelho, gastam-no aqui no nosso concelho e a ideia também foi essa, foi ajudar a economia local. É óbvio que vocês dizem que 50 euros não é nada por aí além mas, num mês dá para muita fralda, dá para leite, dá para as creches. Agora é óbvio que isto também tem aqui uma segunda vertente, que é ajudar a economia local e assim os pais têm que apresentar os recibos para receberem os próximos cinquenta euros e tem que ser nas lojas no comércio local. Isto mexe com a economia local e nós também pretendemos que os nossos comerciantes usufruam deste dinheiro que é de todos nós, que somos nós todos que estamos a contribuir para o subsídio de natalidade, fique no nosso concelho.” Deputada Municipal Ekaterina Malginova (PS): Perguntou, na qualidade de residente e de recente mãe que foi, até que ponto poderia ser alargado o incentivo, não só para as pessoas que cumpriam os patamares que estavam estabelecidos no regulamento, tendo em conta tudo aquilo que os pais ganhavam até ao valor estabelecido, mas para todas as crianças que nascessem no concelho, referindo que as crianças já por si só eram um incentivo aos pais, e que seria mais equalitário e mais justo se fosse alargado a todas as crianças que nascessem, já que, infelizmente, não eram assim tantas. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Referiu que, de todos os pedidos que receberam desde que o regulamento estava a funcionar e até à presente data, só dois ou três é que não tiveram enquadramento, sendo que um deles era injusto, porque eram gémeos e não estava previsto, e foi por isso que alteraram o regulamento, aproveitando também para fazer



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pequenas alterações, uma vez que existiam sempre pormenores que escapavam. Disse ainda o seguinte: “Eu podia abrir a todos, mas nós já temos um patamar elevado em termos de rendimentos, estamos a falar de pais com aproximadamente dois mil euros de rendimentos por mês e eu, sinceramente, ponho-me no lugar de pessoas com rendimentos superiores a estes e acho que não é justo, se eu fosse mãe com rendimentos superiores a este não vinha pedir este apoio. E somos uma câmara socialista, e isso também tem aqui algum peso.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019": -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Começou por esclarecer o Presidente da Junta de Freguesia de Valadares que o valor que a Câmara Municipal gastava por ano com o apoio à natalidade era entre quinze a vinte mil euros. Em relação à obra da Escola Secundária e depois das últimas declarações a respeito, disse o seguinte: “Ainda fazendo um bocadinho de história, não era só um milhão, é que um milhão definia que a câmara tinha que pagar 15% das obras da Escola Secundária e era isso que queriam que nós tivéssemos aceite. Houve concelhos que aceitaram e pagaram 15%, e nós para além de não termos aceite um milhão de euros, também não aceitamos pagar os 15%. Eu estou a voltar a isto por duas razões: uma porque está relacionado com a execução orçamental do ano passado, a segunda porque pareceu-me ver aqui duas posições. Quer dizer, ou concordam ou não concordam que a câmara deva assumir ser o dono da obra, porque foi aprovado por unanimidade. É que se não concordam não votavam a favor, porque foi dito aqui que era responsabilidade do Estado Central e é de facto, é uma posição que foi assumida, os vereadores do PSD votaram contra, porque também acharam que, de facto, nem sequer devia ser os quinze nem os sete e meio, devia ser zero que o Município devia pagar. É preciso que pensem e tenham uma posição clara, não é dizer que é uma responsabilidade do Estado Central, mas depois votam todos a favor. Aquilo que eu quero dizer é que nós, para além de não termos aceite um milhão de euros, batemos o pé e vamos pagar só sete e meio por cento. Claro que vamos pagar mais, porque há aqui obras que não estavam previstas, nomeadamente o relvado. E mais, somos o município da nossa região CIM que ficou com maior dotação; Castro Daire tem uma escola provavelmente mais degradada que a nossa e vai ter um valor menor que nós. Acho que tem que haver aqui uma posição certa, isto é, concordam que o Município pague sete e meio por cento e seja o dono da obra ou acham que deve ser o Estado Central e estamos mais vinte anos sem a fazer? A questão da execução orçamental, e vamos começar pelo ano 2019, há uma baixa de execução orçamental, isto é, nós tínhamos um orçamento na ordem dos vinte e nove milhões e a execução foi de dezoito milhões, e tem a ver um bocadinho com este e outros casos: agora para se conseguir as execuções dos quadros comunitários, é-nos exigido previamente (nós vamos ter a seguir aqui uma revisão orçamental e tem a ver com isso) que tenhamos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento essas obras. E dou aqui o exemplo da secundária: nós tínhamos a secundária em 2019 nas GOP e no Plano, só agora é que estamos aqui a autorizar o lançamento da obra, no final de 2020; se tivermos dez por cento de execução será muito. O que eu quero dizer com isto é que cada vez



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais andamos com grandes dotações nos orçamentos e as execuções muitas vezes não são feitas, mas temos que as ter lá, porque dá-nos um grau de maturidade. Por exemplo, neste caso, o Ministério da Execução exigiu que tivéssemos lá a obra senão nem sequer nos atribuíam esta segunda parte do financiamento, e isto é que depois faz com que muitas vezes os financiamentos sejam baixos. Há outro caso aqui, a Ecopista do Vouga: a segunda fase, que é um projeto da CIM, que tem São Pedro do Sul, Viseu, Vouzela, Oliveira de Frades, também de três milhões de euros, que em 2019 tivemos que colocar no orçamento, está neste momento no Tribunal de Contas ainda sem autorização, porque são quatro municípios e há sempre falta de alguma coisa de um ou de outro município, e já estamos a meio do ano de 2020 e ainda nem sequer a obra está adjudicada, nem sequer começou. Isto para dizer que o facto da execução orçamental de ser baixa muitas das vezes tem a ver com isto. Portanto, só na Escola Secundária e na Ecopista do Vouga estamos a falar aqui de perto de um milhão e meio, dois milhões, que não foram executados. Depois há aqui outras obras, de grande envergadura, como a ETAR, o Parque Urbano, o Parque Industrial, a execução tem vindo a passar para 2020 e aqui a execução depois acabou por ser baixa. A questão da dívida, como já expliquei, estava em sete milhões, continua a ser a segunda ou terceira melhor dos últimos anos, subiu comparativamente a 2018 na ordem dos seiscentos mil euros, entretanto já baixou dois milhões de euros só neste primeiro semestre. As oscilações têm a ver com isto que eu expliquei há pouco, que é o facto de serem obras participadas, muitas das vezes os pagamentos demoram a chegar e há estas diferenças. Depois tem a ver aqui também, sobretudo neste primeiro semestre, com o facto de as obras terem andado mais devagar e nós termos andado a pagar algumas delas e por isso é que a dívida baixou em 2019 e comparativamente a 2018 aumentou. Temos a dívida bancária mais baixa de sempre, um milhão e oitocentos mil euros, é uma opção deste executivo, se calhar muitas das vezes podíamos pagar melhor a fornecedores, como fazem outros concelhos, que muitas das vezes para lançarem uma obra de cem, duzentos mil euros vão logo fazer um empréstimo, mas nós temos aqui um exemplo que é o último ponto desta Assembleia, uma série de obras de saneamento que a Assembleia aprovou o empréstimo em fevereiro e ainda vem aqui outra vez para ir para Tribunal de Contas. O que eu quero dizer com isto é que se estamos à espera dos empréstimos com as burocracias todas com o Tribunal de Contas, nunca mais andamos com as obras. Nós temos tentado andar sem financiamento bancário, apesar dos juros serem baixíssimos o aspeto burocrático é cada vez maior, o que nos dificulta e atrasa as obras, e portanto, a dívida a fornecedor e de curto prazo tem aqui uma grande fatia, mas a dívida bancária tem baixado substancialmente. Só para terem noção, nós há uns seis, sete anos pagávamos por ano, em média, trezentos, quatrocentos mil euros de juros, em 2019 pagámos cinquenta e tal mil euros, há uma diferença de 2018 para 2019 só de pagamentos de juros poupamos cinquenta mil euros. Também está refletido no relatório uma baixa do imobilizado, porque haviam muitas obras em curso, com muitos anos e que, por questões contabilísticas, não foi possível aferir quais eram, algumas com mais de vinte anos, isto são operações contabilísticas arrumadas, e estamos a falar de quase dois milhões e portanto há aqui uma diferença no imobilizado em relação a isso. Não obstante estes valores, a despesa corrente baixou significativamente e, acima de tudo, baixou o peso da despesa corrente no orçamento, o que é importante. Apesar de dentro da despesa corrente os custos com o pessoal terem aumentado, e aumentaram não porque tenhamos mais funcionários, porque não temos, até temos menos, se repararem nos últimos anos o salário mínimo tem aumentado significativamente, sobretudo porque o ano passado tivemos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

descongelamento de carreiras, mais do que justo, e tiveram aqui este peso, porque muitos funcionários, para além dos retroativos que pagámos, passaram a ganhar mais. Há aqui outras despesas que têm disparado, que são da nossa responsabilidade, que são as despesas sociais, isto é, o sistema ADSE, apesar do contributo de todos, a Administração Local suporta a despesa da ADSE por pessoa; infelizmente esses custos têm aumentado, porque também a média de idades dos funcionários é maior, tem havido infelizmente problemas oncológicos, etc, e esse tipo de situações tem feito aumentar as despesas com o pessoal. Em termos de demonstração de resultados, também baixou, porque um dado que nós temos que aceitar em 2019 e 2020 será pior, é o facto de termos abdicado daquele valor significativo da renda da Termalitur, que tem reflexo na demonstração de resultados, como terá em 2020. Para além dessa baixa da renda da Termalitur, terá depois também reflexo o valor que nós estamos a transferir para as juntas, e abdicar de seiscentos mil euros, de grosso modo, para a Termalitur e depois “dar” às Juntas de Freguesia mais de seiscentos mil euros, há aqui uma diferença de um milhão e duzentos, que temos que, de certa forma, acomodar no Orçamento. 2018 e 2019, em termos de investimento e investimento pago, a soma destes dois anos dá mais de onze milhões de euros de investimento, o que tirando o ano de 2008 que foi a questão das obras do balneário, não há nenhum ano sequer comparável com estes, e a soma do investimento nestes últimos dois anos é maior do que dos últimos dez anos todos somados. Estes são os dados reais, eu percebo aquilo que foi dito aqui no início desta Assembleia, que provavelmente não tiveram tempo para uma análise mais cuidada, mas havendo contas consolidadas que, certa forma, será a análise total disto, alguma dúvida que possa surgir pode ser esclarecida na Assembleia de julho.”

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Em relação à delegação de competências que as Juntas de Freguesia têm nas limpezas, solicitou esclarecimento quanto à legalidade dos respetivos recibos serem passados em nome da DGAL. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que o dinheiro ia para as Juntas de Freguesia por autorização da Câmara Municipal, que era uma receita da Câmara Municipal mas que prescindiam de a receber e ia diretamente para as Juntas e que, sendo uma receita da Câmara, as Juntas tinham que passar o recibo à Câmara. Esclareceu ainda que, quando aprovaram o Orçamento para 2020, esses valores estavam lá, estava lá consagrada a despesa das Juntas de Freguesia, e o facto de receberem da DGAL era apenas porque o Município tinha autorizado. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Sobre a evolução do investimento, o Dr. Pedro falou aqui em 2018 e 2019, mas se nós formos a 2015, verificamos que o investimento que a câmara fez foi dois milhões quatrocentos e dezoito; em 2016, dois milhões e oitenta e nove; em 2017, quatro milhões cento e vinte e cinco; em 2018, seis milhões seiscentos e sessenta e um; em 2019, sete milhões trezentos e quarenta e sete. Há aqui uma evolução brutal e isto agrada-me, porque faz parte também da minha maneira ver e perspetivar o futuro. Eu acho que a Câmara, as próprias Juntas de Freguesia, para salvaguardarem o futuro das pessoas ou das povoações, do público, têm que fazer investimento, investimento em quê? Tudo aquilo que acharmos estar em locais estratégicos para o futuro, para o povo, devemos fazer esse investimento e é aquilo que a Câmara tem feito no meu ponto de vista, e bem. Se eu fosse hoje adquirir um terreno para a minha casa, possivelmente tinha de pagar talvez aí umas dez vezes mais de quando eu o comprei, isto é uma questão de investimento e de preparar o futuro. Eu acho bem e estou plenamente de acordo com o executivo, com estes investimentos, porque estão a salvar-nos o futuro, e para salvar o futuro nós temos que ter os locais estratégicos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na nossa posse, ou na posse da câmara, para sempre que há necessidade. Precisamos de criar aqui a estação de camionagem, mas se a gente tiver o terreno, ótimo, e já se adquiriu quando? Há dez anos; se fosse hoje o custo era muito superior. É assim que eu vejo que se faça uma gestão, e é esta gestão que me parece correta. Podíamos falar noutros, como é o caso do terreno que se comprou para o parque de Pindelo, e assim sucessivamente. Acho que é este o caminho que nós devemos trilhar.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Declarou, em nome da bancada do PSD, que se vão abster, tendo em conta que se irá discutir sobre esta matéria na próxima Assembleia Municipal, pelo que vão aguardar para essa altura uma vez que irão estar mais bem preparados. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 (vinte e dois) votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 (doze) abstenções** dos Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues Figueiredo (PSD), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Vasco Manuel Simões Reis (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS A 31/12/2019":-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2 DO ANO 2020, AO ORÇAMENTO DA RECEITA E ORÇAMENTO DA DESPESA, VIA PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS":-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2020":

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que os quatro extintos eram pessoas que se tinham reformado entre a data da aprovação do quadro de pessoal, no final do ano, até à presente data, e foram criados dois lugares para dois concursos para um auxiliar de serviços gerais e um cantoneiro, que iam ser necessários. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que, independentemente das pessoas se reformarem, não percebia por que razão têm que se extinguir os lugares no quadro. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que era uma opção política, se se reformaram, não iriam precisar daqueles lugares e quiseram extinguir os lugares. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL DE TROÇO DE ESTRADA DA E.N.16, COM A EXTENSÃO DE 0,430 KM, APRESENTADA PELA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL": -----

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Solicitou informação sobre a localização concreta do troço em causa. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que esta era uma obra comparticipada em 85%, que ia da rotunda do Intermarché (zona das magnólias) até ao cruzamento a seguir às Termas (entrada da ponte pedonal que estava em construção) e que, como era um troço pertencente às Estradas de Portugal e embora eles já tenham dado parecer, tinha que ser apreciado na Assembleia Municipal para poderem intervir naquele troço. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que vão votar favoravelmente este ponto, por ser apenas para dar poderes à Câmara Municipal para negociar com a Estradas de Portugal, não era para a execução de obra que, a ser para isso, ele provavelmente iria discordar. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que o deputado andou durante anos a falar em obras de soleira de porta e que agora ia levar com uma obra de setecentos mil euros, conforme eram a escola, o Parque da Cidade, o Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, o Pavilhão de Santa Cruz da Trapa, o circuito lúdico do Vouga, e muitas mais que estarão para vir a muito curto prazo, e que esta obra provavelmente não seria aquela que o deputado gostaria, mas a verdade é que este executivo vai fazendo obras. Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Disse que a seguir ao cruzamento que vai para as Termas existe um cruzamento que vai para o Gerós e para a Lameira, a seguir o cruzamento para Calvos e um outro segundo corte para as Termas, que eram todos cruzamentos muito perigosos, porque passavam lá diariamente muitos carros e que se devia tentar estender esta desafetação para domínio da Câmara, e se

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderem fazer umas rotundas. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que aquele era um espaço pertença da Estradas de Portugal, que tanto a Câmara como a Junta de Freguesia de São Pedro do Sul em tempos e por diversas vezes tentaram junto da Estradas de Portugal para que naquela variante, mais precisamente na zona do cruzamento, fizessem ali uma rotunda ou que arranjassem outra solução e que eles foram sempre contra. Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Perguntou se o podiam fazer se pertencesse à Câmara. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que não queriam que pertencesse à Câmara porque existia ali uma ponte e, a partir do momento em que recebessem a ponte, a responsabilidade da sua manutenção seria da Câmara Municipal e eles não queriam essas despesas. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Perguntou se estava prevista uma rotunda no primeiro cruzamento que dava acesso às Termas, por ser uma entrada/saída muito perigosa, pelo que o Presidente da Câmara Municipal respondeu que estava prevista essa rotunda. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AUTORIZADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 14/02/2020”:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este assunto fez o seguinte esclarecimento: “Nós colocámos este ponto por prudência. Foi aprovado aqui aquele empréstimo na assembleia de fevereiro, o processo está no Tribunal de Contas e nós, por prudência, para depois não ter que voltar cá, porque há aqui uma diferença de interpretação, o Tribunal de Contas diz é mais ou menos isto, que sempre que um investimento em causa seja superior a dez por cento do Orçamento, tem que ser autorizado pela Assembleia. Há duas formas de cálculo e numa delas dá doze por cento e, por prudência, vem aqui a listagem das obras que estão associadas ao empréstimo, que são as de saneamento e que estão aí na lista. Nós achamos que o valor abaixo dos dez por cento pela forma como calculamos, mas ainda assim por prudência fica aprovado, se for esse o entendimento, para que se o Tribunal de Contas nos pedir essa aprovação, já esteja legitimada.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 13 horas e 10 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,